

**INSERÇÃO ATIVA DAS UNIVERSIDADES NO PROCESSO DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PROPOSTA PARA O BRASIL,  
APLICÁVEL AOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO E PEQUENO PORTE -.**

Prof. Dr. José Ângelo Nicácio

Universidade do Contestado – UnC

Rua Agenor Fábio Gomes, 88 – Alto das Palmeiras.

CEP 89.460-000 Canoinhas - Santa Catarina – Brasil

Fone: (55)-47-99668372 – e-mail: [nangelo@cni.unc.br](mailto:nangelo@cni.unc.br) ou [janicacio@hotmail.com](mailto:janicacio@hotmail.com)

Quando as Universidades são inseridas nas questões regionais, geram para seu entorno benefícios do ponto de vista cultural, político e econômico, que proporcionam o início do processo de desenvolvimento sustentado, pois o subdesenvolvimento e a má distribuição de renda são resultados do baixo investimento na formação de capital humano; e isto, se confirma, quando a ONU através do PNUD, utilizam destes dados para o cálculo da competitividade e do IDH dos países. A parceria entre Universidade e município, não deve ser entendida como uma mera executora ou coordenadora da elaboração de projetos, mas sim com uma oportunidade para a competitividade do município, pois a competitividade depende do conhecimento, da competência (saber fazer), pois está ligada à capacidade de inovar e de criar novas tecnologias.

Palavras-chave: Competitividade do município, Universidade, desenvolvimento regional, desenvolvimento municipal.

# **INSERÇÃO ATIVA DAS UNIVERSIDADES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PROPOSTA PARA O BRASIL, APLICÁVEL AOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO E PEQUENO PORTE.**

## **1 INTRODUÇÃO**

O Desenvolvimento Regional (no caso brasileiro pode-se falar em desenvolvimento municipal, devido a sua extensão territorial) precisa ser impulsionado por uma visão de futuro. Os gestores precisam saber como querem que seja o município em que atuam, dentro de dez ou cinquenta anos e o que é preciso fazer, para assegurar que o município se desenvolva de forma a maximizar as vantagens competitivas e comparativas, inicialmente para obter crescimento econômico, depois, consolidar a o desenvolvimento social.

Criar o futuro exige capacidade de previsão. Isto significa conhecimento das tendências tecnológicas, demográficas, normativas e de estilos de vida que podem determinar mudanças sócio-econômicas e criar um novo espaço competitivo. A compreensão das possíveis implicações dessas tendências exige criatividade e imaginação, mas qualquer “visão” que não seja alicerçada no: conhecimento; na competência (saber fazer); na capacidade de inovar e criar novas tecnologias, provavelmente será fantasiosa.

O desenvolvimento de um município deve ser um projeto contínuo, sustentado por profissionais competentes e dados técnico-científicos, com constantes atualizações. Pois desenvolvimento se conquista com ações sustentadas em projeto de curto, médio e longo prazo, e não em esforço concentrado, a ser realizado só uma vez.

Então, o objetivo de qualquer projeto de desenvolvimento municipal é construir uma visão de futuro, que busque a melhoria do desempenho do setor público, criando condições macro e micros estruturais com que visem o crescimento e desenvolvimento econômico, superando as dificuldades financeiras e respondendo com eficácia às crescentes pressões de seus cidadãos, que buscam qualidade de vida (emprego, renda, segurança, lazer, educação, etc.).

No caso brasileiro o município deve buscar este conhecimento nas Universidades, devido sua capilaridade e capital social. Município e Universidades devem se constituir nas grandes forças de renovação sócio-econômica, na linha de formação, valorização e dignificação da força de trabalho. O trabalho, ao qual se acrescenta a essencial dimensão espiritual, será o motivador, por excelência, do esforço máximo de integração político-social (é exatamente no plano social, onde a desintegração é mais gritante, com a superposição, dispersão e descontinuidade de esforços).

A Universidade é o centro cultural, o cenário e o laboratório onde o conhecimento, as transformações são analisadas, aculturadas e promovidas para a renovação permanente. O município e a Universidade devem se integrar e interagir dentro de uma mesma realidade de desenvolvimento.

O comportamento integrado do município, sociedade e Universidade, não constitui uma utópica situação, isolada e distante. São pólos culturais (pensamento e ação), para onde convergem, expandem-se e refletem as forças de valores, crenças, princípios e atividades sociais. Nelas se integram as contribuições de toda sociedade (governo, igreja, sindicatos, associações).

O Desenvolvimento Municipal é um esforço transdisciplinar para o desenvolvimento e crescimento econômico e melhoria na qualidade vida. Melhoria da vida não consiste num mero investimento econômico; guia-se basicamente, por indicadores motivacionais que não se limitam às necessidades de sobrevivência, mas às de realização humana integral.

## **2 CARACTERÍSTICA DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO**

As teorias de desenvolvimento, aplicado no contexto brasileiro, são derivações das teorias americanas e, mais recentemente, das teorias européias. Estas experiências têm se mostrado insuficientes, pois há ainda muitas dúvidas sobre a melhor via para adaptá-las à realidade brasileira, principalmente considerando as dimensões continentais do país, suas características, macro e micro sociais, políticas, econômicas e culturais.

Se, na Europa, a abordagem de desenvolvimento local funciona, no Brasil, seus fatores condicionantes de sucesso são remotos, pois as características de uma região brasileira diferem, e muito, de uma região européia. No Brasil, uma Unidade da Federação (Estado) pode ser maior, em extensão territorial, que um país e ter uma miscigenação cultural bem complexa. Comparar com os países Norte-Americanos é negligenciar a influência da história e da cultura na formação de uma nação.

A prática desenvolvimentista do Brasil sempre foi uma cópia dos modelos dos países de economia avançada, ou seja, as ações públicas em prol do desenvolvimento foram guiadas pela idéia de que o desenvolvimento dar-se-ia pela correção ou atenuação dos desequilíbrios regionais. As políticas públicas foram elaboradas e executadas pelo governo federal que, em tese, primariam pela coordenação de ações em todo o país, de modo a atingir o desenvolvimento geral. Dessa maneira, as orientações centrais nasciam de uma perspectiva redistributiva e compensatória, já que se baseavam em medidas corretoras da distribuição de renda entre as diferentes regiões. A questão do desenvolvimento econômico local (Estado) aparecia como parte integrante de toda uma preocupação com o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, como mera extensão das teorias que explicavam o desenvolvimento econômico nacional.

Nesta prática, o desenvolvimento do município estaria vinculado aos programas estaduais, utilizando-se da mesma sistemática, ou seja, a centralização, negligenciando a realidade do município e o fato de que os municípios alicerçam a unidade nacional e constituem a base do desenvolvimento, onde tudo se dá: as oportunidades de trabalhar e de lazer, a difusão da educação e da cultura, o exercício mais imediato da cidadania.

Anulado pelo planejamento centralizado (Estado subordinado ao Executivo), a cultura do desenvolvimento do municipal atrofiou-se, e hoje, quando se analisa o planejamento existente em um município, confirma-se que, no papel, existem vários tipos de planejamentos, como: a) plano diretor físico territorial; b) planos de governos (saúde, educação, assistência social, desenvolvimento econômico, lazer, etc); c) projetos de microbacias; c) planos de expansão das companhias de: energia elétrica, água e esgoto; d) planejamento anual da associação comercial e industrial, da câmara dos dirigentes lojistas, das cooperativas, das secretarias municipais, entre muitos outros de entidades que se preocupam com o desenvolvimento socioeconômico do município e da região. Mas quando se confrontam estes diferentes tipos de planejamentos, verifica-se

que, muitas vezes, são contraditórios e não convergem para uma realização prática, e que muitos confundem o planejamento do município com planos de governo ou de gestão, ou seja, um plano de desenvolvimento do município é feito de acordo com o tempo de duração de uma gestão.

As iniciativas dos governos municipais, em modificar esta prática levaram-os a contratar consultorias nacionais e internacionais, objetivando o desenvolvimento, mas os resultados são sempre insatisfatórios e não se sustentam no longo prazo. O fato é que os consultores e os gestores aplicam as fórmulas de desenvolvimento econômico na realidade do município, a partir da percepção de que um aumento na produção, acompanhado de modificações nas estruturas produtivas e na alocação dos insumos pelos diferentes setores de produção, promove desenvolvimento e negligencia as influências dos *valores sociais, políticos e econômicos do município*.

O planejamento, que busca o desenvolvimento municipal, de médio e pequeno porte é uma estratégia de promoção socioeconômica, que enfatiza a participação da sociedade organizada na decisão das ações do poder público. Assim como existem outras modalidades de promoção do desenvolvimento socioeconômico, em bases mais centralizadoras. A proposta do desenvolvimento municipal necessita da existência de gestores com conhecimento; competência (saber fazer) e capacidade de inovar e de criar políticas municipais procuram promover a equidade política, social e econômica da população, para conseguir indicadores de aumento do bem-estar da mesma, que caracterizam um processo de completo desenvolvimento.

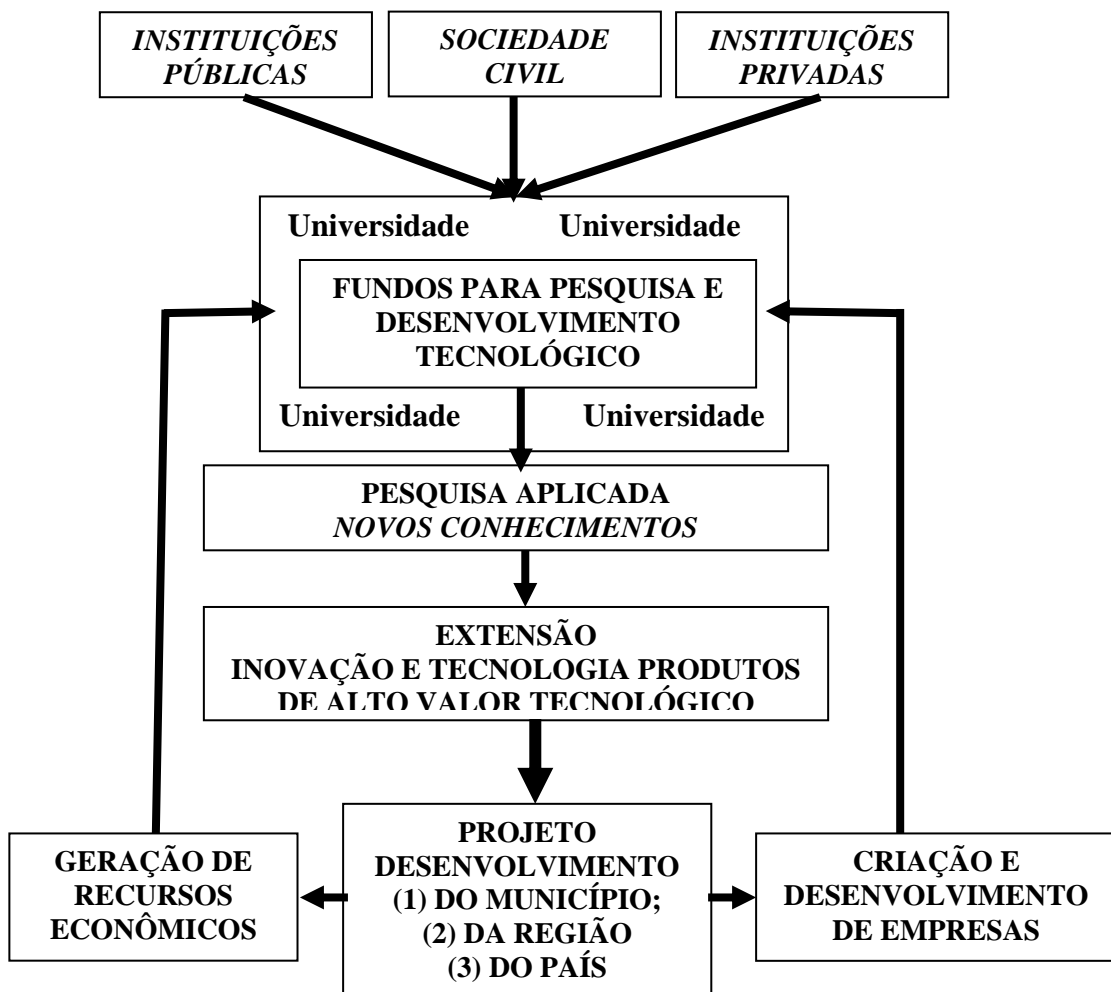
### **3      INSERÇÃO DAS UNIVERSIDADES NO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

De uma forma reducionista, Universidade (pública ou privada) é uma prestadora de serviço. Então, a atividade universitária pode ser caracterizada da seguinte forma:

- I      **A Universidade presta um serviço**, através do ensino, em cada curso; através da pesquisa relevante para a sociedade e do conhecimento que se oferece à mesma, através dos programas e das atividades de extensão;

- II **A Universidade está vinculada a uma região:** nada mais é do que a sede da instituição, seu âmbito geográfico de atuação, cujo conceito, hoje em dia, vem se alterando significativamente, quer seja pela expansão de cursos não-tradicionais focados às necessidades do mercado de trabalho atual e que preencham as lacunas deixadas pelos cursos tradicionais face à estrutura econômica ou pela expansão dos cursos à distância: cada vez mais serão utilizados os meios eletrônicos disponíveis, o que resultará em acréscimo no número de matérias ou cursos completos não presenciais.
- III **A Universidade quer seja ela pública ou privada cobram um preço:** quando pública recebem verbas oriundas dos impostos, quando privadas, cobram mensalidades para a continuidade a sua prestação de serviços. Por isto precisam agregar valor ao seu produto.
- IV **A Universidade através da extensão universitária:** a sociedade organizada espera que, pela pesquisa, as Universidades dêem respostas para os problemas que enfrentam. Daí buscarem, muitas vezes, as Universidades, para lhes oferecerem respostas para intrincados problemas que as afligem.
- V **A Universidade tem responsabilidade social:** que se traduz pelo conhecimento dos problemas da sociedade e pela constante apresentação de soluções concretas para os mesmos.

Com isso, a questão mais complexa da Universidade não é conquistar e manter alunos, através do ensino de qualidade e sim dar respostas à sociedade, que no seu sentido mais geral, aguarda, pelas atividades de pesquisa e extensão, soluções dos problemas mais globais que enfrentam, quase sempre de natureza econômica. Está aí, a obrigatoriedade das Universidades de se inserirem na problemática do desenvolvimento regional ou municipal, oferecendo respostas para problemas dessas organizações, conforme demonstra a figura no.1;



**Figura no. 1: Inserção da Universidade no Projeto de Desenvolvimento Regional ou Municipal**

Somente visto pelo aspecto da cobrança informal, logo se vê que, se a Universidade não possuir uma adequada política de pesquisa e extensão que visem o desenvolvimento regional ou municipal, ficará à margem da própria sociedade, jamais será um centro de referência político-social, além de não cumprir sua missão universal e atender os quesitos legais. Não basta desenvolver bem o ensino; é necessário criar programas de pesquisa e extensão que solidifiquem o conceito Universidade, na sociedade na qual está inserida.

O objetivo da inserção da Universidade no Projeto de Desenvolvimento Regional ou Municipal, é fazer uma articulação entre a pesquisa e extensão, que são interdependentes e se completam, em todos os níveis de decisão. Pois não se pode perder de vista que a geração e difusão de conhecimento são da base do ensino.

O papel da Universidade no Projeto de Desenvolvimento Regional ou Municipal pode ser revelado através do desdobramento de suas diferentes finalidades. Como segue:

- a) ajudar a mudar as condições sócio-econômicas da região ou município;
- b) acelerar o desenvolvimento econômico e social de sua região;
- c) ajudar os indivíduos a adaptarem-se a mudanças na sociedade;
- d) aplicar os conhecimentos da ciência e a pesquisa aos problemas regionais;
- e) criar uma reação em cadeia que resultem em melhores condições econômicas e de qualidade de vida;
- f) estender a sociedade conhecimentos e habilidades, para melhoria do seu nível de vida;
- g) estimular o desenvolvimento do próprio indivíduo,
- h) inserir a região através da pesquisa e da extensão, aos programas de desenvolvimento do país;
- i) promover a divulgação da informação e do conhecimento;

O papel da Universidade no processo de desenvolvimento municipal, depende de financiamento e de políticas públicas de desenvolvimento que incluam medidas explícitas e efetivas para aumentar a produtividade pesquisa docente na área das ciências humanas aplicada e da extensão universitária efetiva.

### 3 Projeto de Desenvolvimento Municipal

Para se promover ações que estimulem o desenvolvimento municipal dentro da visão sistêmica, faz-se necessário a elaboração de projeto, pois este é um instrumento fundamental para delinear os passos, os procedimentos capazes de promover o encaminhamento eficaz para o alcance dos objetivos. Neste sentido, existem dois momentos distintos de finalidades: um na ordem das intenções e outro na ordem da execução. A simples elaboração de um projeto e a sua execução não asseguram o alcance dos objetivos, se não houver um processo de gestão de projeto.

Neste sentido a Universidade conforme demonstra a figura no.2, para se inserir no projeto de desenvolvimento regional ou municipal, deverá formar um grupo transdisciplinar que desenvolvam a pesquisa e extensão. De igual forma, não perder de vista a idéia de geração e difusão de tecnologia como componentes do processo de desenvolvimento.

Este processo inicia-se com a estruturação de um banco de dados sobre a região ou município, cujo objetivo é correlacionar os dados locais com dados e cenários macro e micro da geopolítica e geoeconomia, com o objetivo de projetar uma visão de futuro da região ou município com o gestor municipal.

O propósito do desenvolvimento municipal deve ser alcançar um grau satisfatório de sustentabilidade. Mas isto não tem sido alcançado em termos gerais, pois falta um maior entendimento (visão sistêmica) sobre as variáveis que o determinam e das condições físicas, econômicas e sociais, que dão suporte para seu processo de institucionalização.

Segundo Nortia (2001), o entendimento da região ou município, como um sistema aberto e suas inter-relações e interdependência, como o ambiente (regional, estadual, federal e global), deve considerar:

- a) *Ambiente Social*: refere-se a uma ampla gama de temas que cobrem as competências e necessidades humanas, é o caso da Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, Cultura, Esporte, Lazer, Habitação e Segurança;

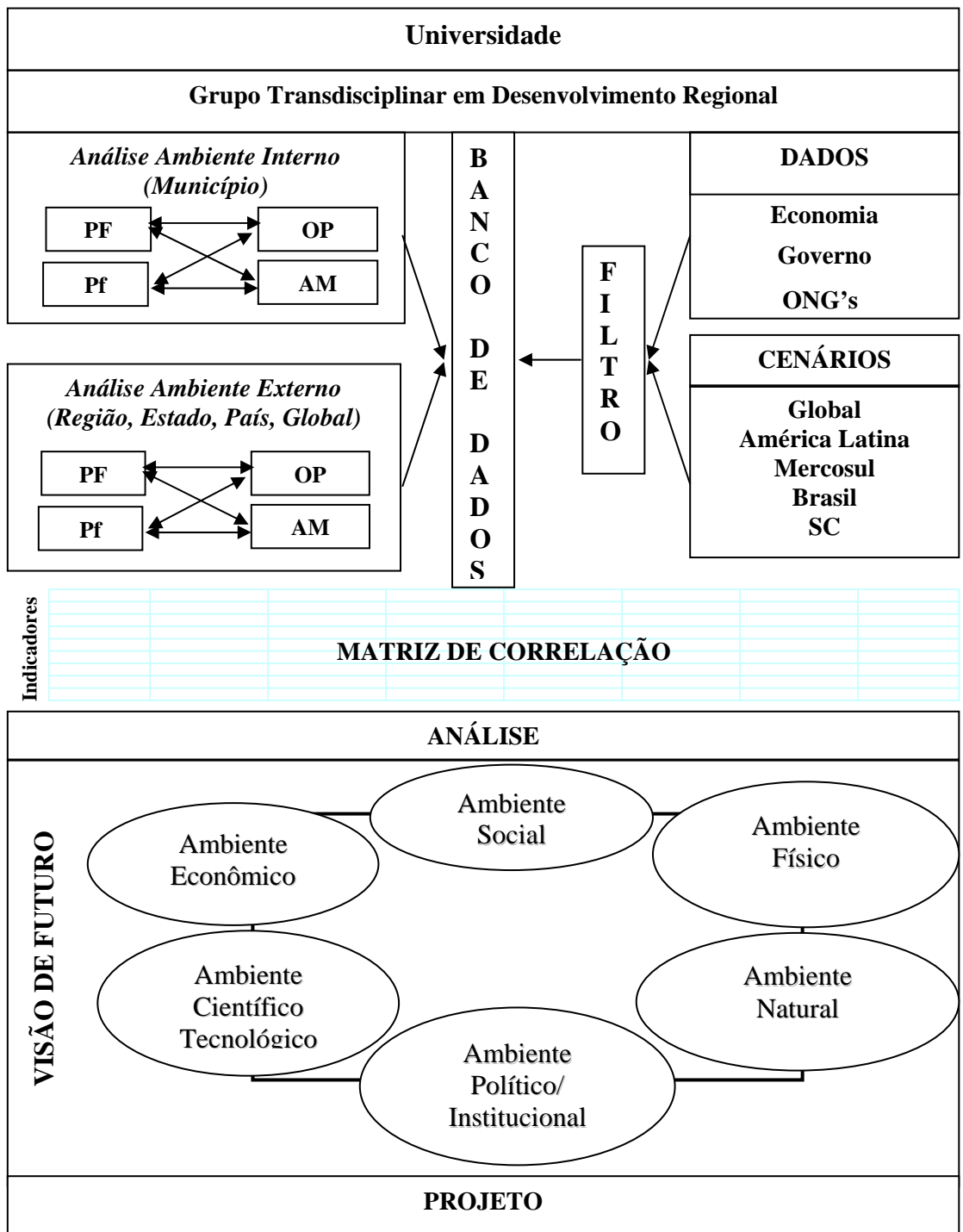


Figura no. 2: Integração da Pesquisa com a Extensão Universitária

- b) *Ambiente Econômico*: refere-se a todos os aspectos que envolvem o desenvolvimento econômico em função das ameaças e oportunidades pelos mercados interno e externo. A situação econômica, competitividade corporativa como é caso dos setores e clusters, atratividade de investimentos, novas tecnologias e competitividade da empresa na região / município.
- c) *Ambiente Natural*: refere-se ao estado e condições do meio ambiente. Este ambiente possui um espectro sobre a utilização dos recursos naturais, as condições ambientais como o ar, água e som e tudo o que envolve o sistema ecológico.
- d) *Ambiente Físico*: refere-se a todos os elementos relativos à infra-estrutura regional e ao somatório das infra-estruturas dos municípios. Como exemplo, temos o sistema viário regional e municipal, sistema de transportes, equipamentos esportivos, lazer e culturais, sistema de transporte urbano intermunicipais e municipais.
- e) *Ambiente Político e Institucional*: refere-se aos aspectos políticos, relações inter-pessoais e ao grau de complexidade do modelo político junto com as definições do papel do governo neste contexto de planejamento regional. Ao mesmo tempo considera o grau de participação das instituições constituídas, sua participação no desenvolvimento socioeconômico e no estabelecimento e cumprimento da lei.
- f) *Ambiente Científico Tecnológico*: refere-se ao conjunto, estrutura das instituições científicas e de desenvolvimento tecnológico, dentro do ponto de vista da suas competências e capacidades de oferecer serviços direcionados às necessidades das organizações que compõem a região, buscando o seu desenvolvimento sustentável.

O projeto é a ferramenta capaz de facilitar a concretização de um objetivo, tendo a especificidade como característica importante, que sempre deve estar inserido em um contexto mais amplo de planejamento e de programas de ação.

A gestão de projeto envolve, as funções básicas da ciência da administração, compreendendo um conjunto de atividades sucessivas e integradas como: (i) planejamento, (ii) organização, (iii) direção, (iv) controle da ação, envolvendo a sua elaboração, tomada de decisões, assim como outras atividades centradas na utilização dos recursos humanos, físicos, financeiros e informativos, e na realização dos objetivos fixados.

Na sua fase da preparação, deve-se levar em conta os aspectos relacionados com o planejamento municipal e a elaboração dos planos de ação. A elaboração, a execução e a gestão de um projeto envolvem um conjunto de processos racionais e pragmáticos que encaminham o pensamento para o atender os objetivos propostos. Mais do que um fim em si mesmo é o caminho para favorecer o desenvolvimento.

De uma maneira ou de outra, o projeto desenvolvimento municipal está relacionado às ações de (i) *planejamento* e antecipação que procura identificar e formular conjunto de prioridades, estratégias e objetivos específicos do grupo; (ii) *organização*: ação de distribuir papéis que cada um desempenhará e determinar as tarefas e recursos necessários para colocar em prática as estratégias definidas eficazmente; (iii) *tomada de decisão*: ato de escolher durante o processo o melhor caminho que priorize o menor custo, menos tempo de execução e menor esforço físico; (iv) *coordenação*: fase da distribuição de papéis (responsabilidade), desempenho, determinar tarefas e os recursos necessários; (v) *controle* e melhoramento: verificar os resultados no processo, se estão seguindo os planos, os métodos e procedimentos previstos, cronograma físico-financeiro e outros; distribuição das funções: cada órgão ou membro deve ter a sua missão definida com precisão, necessidade de formação específica para assegurar um funcionamento eficaz e (vi) *comunicação*: essencial para o bom funcionamento do grupo. Todos devem ser informados sobre as decisões e sobre o andamento do projeto.

A premissa consensual do método é a de que os conhecimentos efetivamente aplicados aos sistemas produtivos constituem o elemento fundamental para se assegurar primeiro o desenvolvimento e crescimento econômico do município face a uma economia cada vez mais aberta e interconectada aos mercados mundiais; é desta competitividade que depende o alcance dos benefícios sociais associados ao desenvolvimento, ou seja qualidade de vida.

Após aprovado o método, passa-se pela experimentação que conduz a resultados parciais, prossegue com teste do conhecimento e da tecnologia gerados e conclui-se com a incorporação destes conhecimentos e tecnologia aos sistemas econômicos e sociais dos municípios.

#### **4 CONCLUSÃO**

Na atualidade e no futuro próximo, o sucesso ou fracasso de iniciativas de promoção do desenvolvimento (regional ou municipal), é e será determinada, cada vez mais, pelos conhecimentos efetivamente incorporados ao processo produtivo e de gestão públicas.

A adoção de novos conhecimentos exige um processo contínuo e cumulativo de pesquisa aplicada, mas que dificilmente contribuirá ao processo de desenvolvimento, se não for pela extensão universitária de boa qualidade, pela sua natureza educativa, que são deveres do estado e dificilmente poderão ser delegados a outras instituições.

O método proposto é extremamente adequado a filosofia do desenvolvimento municipal, mas entende que o município é um sistema econômico aberto, cujo objetivo é prestar serviços (qualidade de vida) à sociedade, que paga-os com seus impostos.

A universidade deve ter como objetivo ajudar a sociedade interpretar e responder, de maneira apropriada, as mensagens de mudanças que interessam à promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural, através da pesquisa e da extensão. Principalmente investir na pesquisa política, econômica e social, tendo em vista sua integração ativa com a pesquisa tecnológica. Pois, por mais importante que seja desenvolvimento tecnológico, é necessário que se tenha desenvolvimento econômico, para que os bens possam ser consumidos. Ai sim, precisamos do homem.

## 5 BIBLIOGRAFIA

BAVA, Silvio Caccia. **Desenvolvimento Local. Geração de emprego e renda.** PÓLIS – Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. n.º 15. São Paulo (SP), 1996.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima e FERNANDES, Marlene Allan (coordenação – geral). **Cidades sustentáveis à elaboração da agenda 21 brasileira.** Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis e Consórcio Parceria 21 IBAM-ISER-REDEH, Brasília (DF), 2000;

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** 16ª. Edição, Editora UNIJUÍ, Ijuí (RS), 1996;

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** 20ª. Edição, Editora UNIJUÍ, Ijuí (RS), 1999;

ESSER, Klaus. **Hacia la competitividad industrial en américa latina: el aspecto de cooperación e integración regional.** Integración Latino americana, no. 148, Bueno Aires, Argentina, 1989;

ESSER, Klaus; HILLEBRAND, Wolfgang; MESSNER, Dirk; MEYER-STAMER, Jörg. **Competitividad sistémica: competitividad internacional de las empresas y políticas**

LACERDA, Antônio Corrêa de. **O impacto da globalização na economia brasileira.** 3ª. edição. Editora Contexto, São Paulo (SP), 1999;

LITTLE; Paul E. **Agropolos e meio ambiente: a dimensão conceitual.** in: Agropolos uma proposta metodológica. ABIPTI.- Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica. Brasília (DF), 1999;

LÓPEZ, Daniel y RIVERA, Claudio. **El desarrollo del capital humano y la misión de la Universidad.** UREL, noviembre Osorno (Chile), 1997.

MacRae, Donald Gunn – **As idéias de Weber;** tradução Álvaro Cabral, 3ª edição, Editora Cultrix, São Paulo, 1988;

MARTINS, Gilberto de Andrade. **A universidade latino-americana e a globalização,** in: Revista do Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul, pg. 9-14, ano XIV, no 41, São Caetano do Sul (SP), Set/Dez 1997;

MEYER-STAMER, Jörg. **Path dependence in regional development: persistence and change in three industrial clusters in SC, Brazil.** In: World Development Journal, vol. 26, n. 08, Nuffield Press, Great Britain. aug/1998;

MOISÉS, Hélvio Nicolau. **Município-rede: planejamento, desenvolvimento político e sustentabilidade.** in: O município no século XXI – cenários e perspectivas. Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, São Paulo (SP), 1999;

NETO, Antonio Delfim. **Como as nações se desenvolvem.** In: O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo: os Desafios do Século XXI. Antonio Barros de Castro [et al.], Editora Campus. Rio de Janeiro (RJ), 1999.

OSBORNE, David e GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público.** MH Comunicações. Brasília (DF), 1994

PACHECO, Regina Silvia. **Administração pública gerencial: desafios e oportunidades para os municípios brasileiros,** in: O município no século XXI – cenários e perspectivas. Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, São Paulo (SP), 1999;

PINTO: Mario da Silva. **Brasil: desafios geoeconômicos.** Editora da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo (SP), 1992;

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações.** Editora Campus. Rio de Janeiro (RJ), 1989.

RATTNER, Henrique. **Liderança para uma sociedade sustentável.** Editora Nobel. São Paulo (SP), 1999

REICHEL, Harduin. **O papel das empresas no desenvolvimento local.** Material de Apoio Didático, grupo de Desenvolvimento Local. CEPACE – Centro de Pesquisa, Assessoria e Consultoria Econômicas. UCDB – Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande (MS), 2000

ROSE, Richard, MISHLER, William & HAERPFER, Christian. **Social capital in civic and stressful societies.** In: Studies in comparative international development. Vol. 32, n. 3, fall. Pennsylvania State University. (USA), 1997

SANTOS, Theotônio dos. **Economia mundial, integração regional & desenvolvimento sustentável.** 4ª. edição. Editora Vozes, Petrópolis (RJ), 1993;

SEVILLA, G.D. **Planeación estratégica participativa municipal: el estratégico participativo - guía Metodológico**. Iula/Celcadel (ESP) 1998;

SHIVA, Vandana. **Dicionário do desenvolvimento – guia para o conhecimento como poder** editor SACHS; Wolfgang. Editoras Vozes, Petrópolis (RJ), 2000;

SILVA, Teodomiro Fernandes da. **Por que desenvolvimento local**. Arquivo capturado via internet. URL; [http: www](http://www), em 30/junho/2000;

SROUR, Roberta Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Editora Campus. Rio de Janeiro (RJ), 1998;

VALLE, Maria Clara Silva de Resende. **Desenvolvimento local e as mudanças de paradigmas**. Arquivo capturado via internet. URL; [http: www](http://www), em 30/06/2000;

VELLOZO LUCAS, Luiz Paulo. **Planejamento estratégico com participação**. In: O município no século XXI – cenários e perspectivas. CEPAM- Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal da Fundação prefeito Faria Lima. São Paulo (SP), 1999;

WEBER, Max – **Economia e sociedade – fundamentos da sociologia compreensiva**, volume 1, 3<sup>a</sup> edição, tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, Editora UnB, Brasília - DF, 1994;

WOOLCOCK, Michael. **Social capital and economic development; toward a theoretical synthesis and policy framework**. In: Theory and Society. Vol. 27/2, Department of Sociology, University of California (USA), april, 1998;